

## **PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL NA GESTÃO ESCOLAR: CONTEXTO, LIMITES E PERSPECTIVAS**

***STUDENT PARTICIPATION IN SCHOOL MANAGEMENT:  
CONTEXT, LIMITS AND PERSPECTIVES***

***PARTICIPACIÓN ESTUDIANTIL EN LA GESTIÓN ESCOLAR:  
CONTEXTO, LÍMITES Y PERSPECTIVAS***

Indiara Silva de Freitas<sup>1</sup>

Solange Mary M. Santos<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho tem por objetivo analisar os mecanismos de participação utilizados pelos estudantes de uma escola de Ensino Médio no desenvolvimento de estratégias na gestão escolar, relacionando conceitos e condicionantes da participação na gestão escolar, considerando as concepções de participação que os estudantes possuem, e as possibilidades de tomadas de decisões pelos estudantes. A metodologia orientou-se pela pesquisa qualitativa, e os métodos utilizados foram a análise documental e o grupo focal categorias de análise, a participação dos estudantes e o protagonismo juvenil tomadas de decisões coletivas. Na construção teórica, buscamos pressupostos teóricos capazes de fomentar discussão sobre a importância das políticas públicas em educação para a legitimação da gestão escolar democrática, através da participação da comunidade escolar, bem como o esclarecimento sobre os principais mecanismos de participação que podem ser aplicados nas unidades escolares, embasados em documentos legais. Discutimos mais especificamente concepções, condicionantes e as perspectivas da participação dos estudantes nos diversos âmbitos sociais, principalmente na escola e o entendimento do protagonismo juvenil, como condição da apropriação dos estudantes como partícipes ativos na tomada de decisões na escola. Por fim, apresentamos uma análise dos documentos investigados e das observações das reuniões do grupo focal, constituídos por líderes de classe do ensino médio, que ocorreram na escola no período da pesquisa. Os resultados indicam que a escola oferta para comunidade alguns canais de participação dos estudantes, como eleição de líderes de classe, da gestão escolar e do colegiado escolar, porém há indícios de que os estudantes por não se apropriarem de fundamentos políticos e de emancipação, não podem ser considerados participantes autônomos no processo das tomadas de decisões junto à gestão escolar.

**Palavras-Chaves:** participação estudantil; gestão democrática; protagonismo juvenil

---

<sup>1</sup> Graduação: Licenciatura em Ciências Biológicas. Universidade Estadual de Feira de Santana Mestrado em Educação. PPGE Universidade Estadual de Feira de Santana

<sup>2</sup> Graduação: Licenciatura em Pedagogia. Universidade Católica de Salvador. Mestrado em Educação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutorado em Educação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

**ABSTRACT:** The present work aims to analyze the participation mechanisms used by the students of a high school in the development of strategies in school management, relating concepts and conditions of participation in school management, considering the conceptions of participation that students have, and the possibilities of decision-making by students. Qualitative research was the chosen methodology, and the approaches were documental analysis and a focus group, student participation, and youth protagonism in collective decision-making. In the theoretical construction, we sought theoretical assumptions capable of fostering discussion about the importance of public policies in education for the legitimization of democratic school management, through the participation of the school community, as well as the clarification of the main participation mechanisms that can be put to use in school units, based on legal documents. We specifically discussed conceptions, conditioning factors, the perspectives of student participation in the diverse social spheres, especially at school, and the understanding of juvenile protagonism, as a condition for students' appropriation as active participants in decision-making at school. Finally, we present an analysis of the documents investigated and the observations of the focus group's meetings, made up of high school class leaders, which took place at the school during the research period. The results reveal that the school offers the community some means for student participation, such as the election of class leaders, school management, and the school collegiate. However, there are indications that students, for not having political and emancipation foundations, cannot be considered autonomous participants in the decision-making process with the school management.

**Keywords:** student participation; democratic management; youth protagonism.

**RESUMEN:** Este trabajo tiene como objetivo analizar los mecanismos de participación que utilizado por los estudiantes de una escuela secundaria en el desarrollo de estrategias en la gestión escolar, relacionando conceptos y condicionantes de la participación en la gestión escolar, considerando las concepciones de participación que tienen los estudiantes, y las posibilidades para la toma de decisiones por estudiantes. La metodología estuvo guiada por la investigación cualitativa, y los métodos used fueron el análisis documental y las categorías de análisis de grupos focales, participación estudiantil y protagonismo juvenil en la toma de decisiones colectivas. En la construcción teórica, buscamos presupuestos teóricos capaces de promover la discusión sobre la importancia de las políticas públicas en educación para la legitimación de la gestión escolar democrática, a través de la participación de la comunidad escolar, así como el esclarecimiento sobre los principales mecanismos de participación que pueden ser aplicado en las unidades escolares, con base en documentos legales. Discutimos más específicamente concepciones, condicionantes y perspectivas de la participación de los estudiantes en diferentes esferas sociales, principalmente en la escuela, y la comprensión del protagonismo juvenil, como condición para la apropiación de los estudiantes como participantes activos en la toma de decisiones en la escuela. Finalmente, presentamos un análisis de los documentos investigados y las observaciones de las reuniones de los grupos focales, integrados por líderes de clase de la escuela secundaria, que se llevaron a cabo en la escuela durante el período de investigación. Los resultados indican que la escuela ofrece algunos canales de participación de los estudiantes a la comunidad, como la elección de líderes de clase, dirección escolar y colegiados escolares, pero hay indicios de que los estudiantes, por no apropiarse de los fundamentos políticos y de emancipación, no pueden ser considerados participantes autónomos en el proceso de toma de decisiones con la dirección escolar.

**Palabras clave:** Participación estudiantil. Gestión democrática. Protagonismo juvenil.

## INTRODUÇÃO

As mudanças nos princípios de gestão escolar e a necessidade de empreender um modelo democrático-participativo tem implicado na transformação da função do diretor, que deixa de ser detentor do poder para ser mais um partícipe da gestão escolar. Nesse cenário, é necessário que a todos aqueles que convivem no ambiente escolar, quer sejam gestores, funcionários, coordenadores, docentes ou discentes, seja dada a liberdade de escolherem participar com equidade dos processos que precisam ser decididos no âmbito escolar.

A esse respeito, Paro (1998, p. 6) ressalta a necessidade “de que se providenciem as condições para que aqueles cujos interesses a escola devam atender participem democraticamente da tomada de decisões” no âmbito da gestão escolar. O autor ratifica como é importante que se estabeleçam condições para que a comunidade escolar participe democraticamente da tomada de decisões que dizem respeito ao destino da escola e de sua administração, podendo ser a participação um instrumento para a garantia do direito ao exercício da cidadania.

Contudo, para que se efetive a participação, é necessário que as pessoas sejam convidadas a participarem, conheçam suas condições de participação e se reconheçam como participantes no processo de tomada de decisões. Na escola, isso se evidencia a partir da relação que a administração/gestão estabelece com todos os segmentos escolares, sendo uma das principais funções do administrador/gestor promover a interação da equipe, a socialização das ações e a tomada coletiva de decisões.

Nesse sentido, a democratização da gestão escolar deve ultrapassar os muros da escola, buscando a comunidade, que conforma, direta ou indiretamente, os usuários dos serviços prestados por ela, e dando subsídios para que esses usuários possam, no exercício de sua cidadania, cobrar do poder público suas, responsabilidades e obrigações, no atendimento aos interesses dessa comunidade. Esse conceito de participação, então, relaciona-se diretamente com o sentido de participação-colaboração e de participação-coesão, sendo estratégias de gestão na promoção da eficácia e da qualidade da escola (CARVALHO, 2009).

Nessa perspectiva, o estado da Bahia, seguindo o fluxo nacional, aderiu, na década de 1990, às pautas de lutas pela aquisição de políticas que pudessem impulsionar um

modelo educacional e escolar democrático-participativo, e que dessem ao povo uma estabilidade no modelo acessível de ensino-aprendizado, com uma melhor estrutura organizacional. Um dos marcos importantes, fruto das diversas movimentações e lutas de classes, sindicatos e grupos sociais diversos, foi a promulgação da Lei Estadual 17.074/2008, que dispõe sobre as competências, atribuições, escolha e composição do colegiado escolar, assim como o Decreto Estadual 11.218/08, que instituiu a eleição de dirigentes escolares para escolas públicas da rede estadual de ensino.

Em 2017, essa perspectiva de participação foi ampliada quando a Secretaria de Educação do Estado da Bahia instituiu a Instrução Normativa 01/2017, que legitima as eleições diretas para líderes e vice-líderes de classe em todas as escolas públicas e em todas as modalidades de ensino, abrangendo o Ensino Fundamental, o Ensino Médio, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e o ensino profissionalizante na rede estadual de ensino. Essa ação visava incentivar ações conjuntas para a formação de grêmios estudantis, valorizando o protagonismo juvenil por meio da participação dos jovens na escola.

Com a Instrução Normativa 01/2017, que instituiu a eleição para líderes de classe no Estado da Bahia, surgiu a necessidade de conhecer melhor a concepção do jovem estudante sobre sua participação nos processos da gestão escolar. Nessa perspectiva, propomo-nos analisar a participação estudantil nos processos de gestão de uma escola de Ensino Médio, em Feira de Santana-BA, evidenciando os mecanismos de participação utilizados. Entendemos que a tarefa de assegurar a participação da comunidade escolar nos processos decisórios da escola como sendo um dos grandes desafios da gestão escolar na atualidade, principalmente no que tange à participação dos jovens estudantes, que são os aprendizes principais no processo escolar de ensino-aprendizagem e que têm ganhado papel de destaque na sociedade, que tem olhado de forma singular para a juventude.

## 1. METODOLOGIA

A abordagem que melhor se adequou aos objetivos propostos nesta investigação foi a pesquisa qualitativa, tendo em vista que, segundo Oliveira (2017), essa abordagem se fundamenta em dois pilares: a representatividade e a subjetividade – que, não foram

contempladas pela pesquisa quantitativa. A representatividade advém do fato de se tratar diretamente com unidades sociais, enquanto a subjetividade refere-se ao fato de que, na pesquisa qualitativa, acontece a interatividade, a intercomunicação entre o investigado e o investigador, ocorrendo um processo de conhecimento circular.

O município de Feira de Santana tem 75 escolas públicas de Ensino Médio pertencem à rede estadual de ensino. Desse total de escolas, duas têm Ensino Fundamental, nas séries iniciais; sessenta e três têm Ensino Fundamental e Ensino Médio; e cinco têm apenas Ensino Médio. Contudo, para a realização da etapa exploratória da pesquisa, foi selecionada uma escola de Ensino Médio da rede estadual, a partir dos seguintes critérios: ser de porte especial<sup>2</sup>, ou seja, com mais de 2500 alunos, com funcionamento nos três turnos e localizada na sede do município de Feira de Santana. Após a utilização desses critérios, chegamos a uma das instituições de ensino mais antigas do município, com 50 anos de fundação, situada em bairro periférico, com uma diversidade significativa de público, já que atende, além da comunidade do entorno, bairros vizinhos, bairros longínquos, distritos e até mesmo municípios vizinhos.

Essa escola possui mais de 2500 estudantes distribuídos nos três turnos de funcionamento e apresenta, entre as etapas, Ensino Fundamental, Ensino Médio e modalidade Ensino de Jovens e Adultos (EJA). Entre os anos de 2014 a 2019, o número total de estudantes variou de 2.620 a 3.091. Os sujeitos escolhidos para integrar esta pesquisa foram os líderes ou vice-líderes de classe das turmas do Ensino Médio regular, eleitos no ano letivo de 2019, sob prerrogativa da IN 01/2007, da Secretaria de Educação do Estado da Bahia, que institucionaliza a eleição de líderes de classe e sugere representatividade discente.

Como instrumento de pesquisa para coleta e análise de dados, a opção escolhida foi o grupo focal com líderes de classe. A realização do grupo focal proporcionou um espaço de diálogo entre os estudantes com a finalidade de explorar os objetivos desta investigação. Essa técnica possibilitou que os sujeitos da pesquisa expressassem seus

---

<sup>2</sup> O Decreto nº 8.450 de 12 de fevereiro de 2003, regulamenta critérios para organização administrativa das unidades escolares da rede pública de ensino do Estado da Bahia, incluindo a tipologia das escolas com base na rede física, como número de salas de aula, e no quantitativo de estudantes.

pontos de vista em relação a conceitos, sentimentos, atitudes e experiências (GATTI, 2012). Na coleta de dados, foram realizadas três reuniões com os estudantes, nas quais foram incentivados a levar em conta os pontos de vista dos outros para a formulação de suas respostas, deixando-os livres para tecer comentários sobre suas experiências e sobre as dos outros (BAUER; GASKELL, 2003).

Durante essas reuniões, as questões foram norteadas por meio de quadrinhos, tirinhas e charges com mensagens. Barbour (2009) diz que quadrinhos podem ser efetivos como material de estímulo para grupos focais, já que, em geral, expressam de forma sucinta e divertida dilemas difíceis e ásperos, quebrando o gelo e dando permissão ao levantamento de questões difíceis. Por isso, foi considerado muito importante que o pesquisador tomasse as devidas precauções na elaboração e condução do roteiro, que tivesse uma linguagem clara que facilitasse as respostas sem muita intervenção. As questões abertas foram elaboradas de forma clara, articuladas com os objetivos, mas sem causar qualquer constrangimento ao participante, e ordenadas de modo que as respostas fluíssem mais livremente. Os estudantes narraram experiências do cotidiano da escola, dando depoimentos carregados de subjetividades, intenções e, muitas vezes, silêncios.

Para a análise dos dados, utilizamos a Análise de Conteúdo de Bardin (2011), por entendermos que a operacionalização dessa técnica propicia inferência de informações relativas às condições das variáveis das mensagens, como também se relaciona diretamente ao fato de que os procedimentos podem preencher algumas lacunas ou incertezas no levantamento dos dados, também na fala dos estudantes e nas relações estabelecidas no momento da coleta desses dados. Nesse modelo de análise, levamos em consideração alguma realidade. Nesse caso, o *corpus* textual e o julgamento se deu pelo seu resultado, mas esse resultado não foi o único fundamento para a avaliação.

## **2. PARTICIPAÇÃO: PRINCÍPIOS E CONCEITOS, CARACTERÍSTICAS E SUJEITOS**

Estudos e pesquisas educacionais (BORDENAVE, 2002; CURY, 2007, 2008; PARO, 1996, 1997, 2003, 2006, 2010, 2016; VIEIRA, 2008; GOHN, 2019) têm se



debruçado sobre as concepções de gestão democrática na escola e seus princípios, explorando a participação dos indivíduos que compõem a escola e a visão que estes têm dos processos educacionais, dos percursos educativos, das funções sociais da escola e da organização administrativa e pedagógica escolar. A função social da escola está definida nas disputas de poder, na luta das classes dominantes e dominadas componentes da sociedade e na defesa de seus próprios interesses (FRIGOTTO, 2003). A participação nessas lutas, torna-se indispensável para a consolidação da função social, já que tomar parte ou não das decisões refletirá no tipo de sociedade construída.

Nessa perspectiva, percebe-se que, no início deste século, os processos políticos educacionais indicam dois princípios de participação antagônicos. O primeiro princípio se apoia em bases neoliberais, fortes na capacidade de controle social, as quais renegam a participação efetiva das organizações e grupos socioeducacionais no direcionamento de políticas públicas, exigindo participação da sociedade na execução de projetos e programas. O segundo princípio se baseia nas ideias de democracia, autonomia, transparência, descentralização, inclusão social, dentre outras, abordadas pelas forças sociais que buscam e lutam por espaços públicos de decisão e participação efetiva na definição, execução e avaliação das políticas públicas (VIEIRA, 2008).

O conceito de participação está relacionado ao conceito de autonomia, que significa a capacidade das pessoas e grupos de livre determinação de conduzirem suas ações (LIBÂNEO, 2015). Esse fundamento nos permite compreender que participação é um conceito libertário de autogestão, que se baseia no próprio querer fazer, querer ser. Nesse sentido, não se compreende participação como atuação cooperativa na execução de tarefas esporádicas e ou de ação isoladas (SANTANA; SCHMITZ, 2012). A participação deve ser contínua, revelando a capacidade de os indivíduos em se inserirem no contexto de gestão, nos diversos níveis, até chegar na compreensão de que todos, sem exceção, que fazem parte de um determinado espaço, devem contribuir coletivamente no planejamento e execução de ações.

Meszáros (2007) diz que a participação tem relação com o processo de mudança no modo organizacional da produção e reprodução social, tendo em vista a instituição da igualdade substantiva. Nessa perspectiva, a democratização da participação não se acomoda apenas na esfera política, mas, desde a dimensão política, ela é essencial para instituir mudanças na atualidade.

Nos diversos contextos históricos, o conceito de participação adquiriu formatos variados, os quais servem para justificar ou para questionar a ordem social vigente. Nesse sentido, a participação e sua relação com a educação são tematizadas a partir de três perspectivas: a primeira, é uma visão liberal que individualiza e enfraquece a dimensão política em prol de uma supervalorização da dimensão técnico-gerencial; a segunda, relaciona-se à concepção de participação como poder de decisão das forças sociais do trabalho; a terceira, tem como fundamento a igualdade social, tendo em vista que as relações sociais são mediadas pela universalização do trabalho e pela igual partilha de seus produtos.

O ato de participar é inerente da condição humana, como forma de expressão, em todos os espaços (família, trabalho, comunidade, escola e nos diversos espaços sociais, sempre capaz de provocar mudanças, ou para a manutenção de algo que já está posto, com ações mais tradicionais. Bordenave (2002) traz conceitos necessários para entender os processos participativos dos sujeitos nos espaços de convivência, relacionando-os ao fato de que a participação é antagônica à marginalização, pois está à margem de algo é ficar de fora – embora usemos esse termo em outros sentidos, muitas vezes pejorativamente, associado a pessoas que cometem crimes ou que se encontram em situação de pobreza, alienação ou ignorância, não conseguindo usufruir de empregos, escolas e lazeres, aqui, outro sentido lhe é atribuído, como fizemos constar. , Embora usemos esse termo em outros sentidos, muitas vezes pejorativamente, associado a pessoas que cometem crimes ou que se encontram em situação de pobreza, alienação ou ignorância, não conseguindo usufruir de empregos, escolas, lazer. Segundo o autor, a marginalidade de alguns grupos não pode ser atribuída à responsabilidade desse próprio grupo, e sim a processos que vêm sendo construídos e estabelecidos numa sociedade que partilha os recursos de forma desigual (BORDENAVE, 2002)

Outro contexto a ser observado se refere ao *locus* de participação do sujeito. Ele pode ser participativo, pontualmente em um espaço, ou de maneira geral, em diversos espaços sociais: essa é a diferença entre microparticipação e macroparticipação. A esse respeito, Bordenave (2002, p. 24) assevera que:

A participação social, todavia, ou participação em nível macro, implica uma visão mais larga e ter algo a dizer na sociedade como todo. A sociedade global não é só um conjunto de associações, o cidadão além

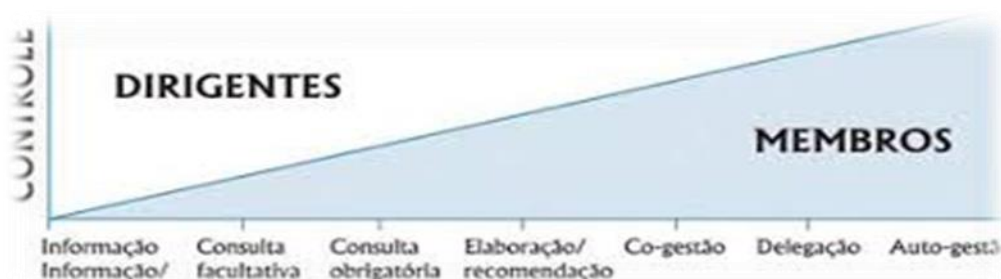


de participar em nível micro na família e nas associações, também participa em nível macro quando intervém nas lutas sociais, econômicas e políticas do seu tempo.

O autor evidencia, nesse extrato, que a participação em nível micro tem uma dimensão imediatista, sem consequências totais, apenas pontuais, enquanto em nível macro, reorganizam-se conseqüentemente as estruturas do sistema, promovendo transformações sociais significativas. A escola deve ser este lugar de promoção de mentalidades participativas, tanto a nível micro, quando provoca seus sujeitos a pensarem a necessidade de participação no planejamento de ações, no exercício da sua cidadania no espaço escolar, como a nível macro, quando os torna capazes de tomar parte e de ser parte, objetivando os interesses coletivos para alcançar os diversos aspectos políticos, econômicos e culturais, que representem a maioria da população, promovendo equidade social e transformações sociais profundas para a emancipação política e humana.

Dentro de uma organização como a escola, existem graus e níveis diferenciados na participação. Os graus referem-se ao controle dos membros sobre as decisões e os níveis referem-se à importância das decisões em que se pode participar. Bordenave (2002) relaciona sete graus diferentes no tocante à participação, como mostra a Figura 1.

**FIGURA 1:** Diferentes graus de participação



Fonte: Bordenave, 2002, p. 31.

Do grau de informação até o de autogestão, há uma modificação progressiva na relação da gestão com a participação dos membros da comunidade escolar, que vai desde uma decisão já tomada pela gestão sem participação dos outros atores da escola até tomadas de decisão compartilhadas, sem influência externa, ouvindo todos os membros da comunidade escolar. É possível que se destaquem nas nossas escolas os graus de informação, a consulta facultativa e obrigatória, a elaboração/recomendação e algumas

outras ações que se aproximam da cogestão. É importante analisar esses graus de participação *in loco* para verificarmos exemplos no cotidiano escolar, desenvolvendo então essa reflexão.

Paro (2006) cita os condicionantes internos e externos à escola, com base nas potencialidades e nas limitações da participação dos indivíduos na gestão escolar. São eles: condicionantes materiais, que relacionam-se à disposição de infraestrutura ou materiais e equipamentos que vão determinar, um bom trabalho, ou não, e podem comprometer o aprendizado; condicionantes institucionais que relacionam-se à organização hierárquica da escola e ao grau de autoridade e/ ou autoritarismo, que são comuns nas relações de verticalidade, nesse condicionante, podemos destacar as relações de poder estabelecidos na escola; condicionantes político-sociais, relacionados à importância dada de formas diferentes aos interesses dos grupos estabelecidos, que muitas vezes dividem escola, forçando seus sujeitos a escolher ‘lados distintos’ e condicionamentos ideológicos da participação, que revelam comportamentos que podem gerar conflitos, promovendo o afastamento de pessoas que deveriam envolver-se nas tomadas de decisões, inclusive, podendo ter uma concepção superficial do que seja participar.

Esses condicionantes são variáveis nas diferentes escolas, dependendo das suas especificidades e podem aparecer isolados, ou todos juntos. O fato é que, a curto ou a longo prazo, eles podem ser limitantes e inviabilizar a legitimação da participação dos membros da comunidade na escola. Com isso, pode-se relacionar alguns fatores determinantes para que haja participação mais efetiva e estruturada, através de diálogo, partilhando experiências e desenvolvendo empatia para com o outro (PARO, 2006).

Desse modo, em uma sociedade marcada por uma estratificação socioeconômica, na qual há uma clara exploração da classe dominante, a participação será sempre um desafio, como meio de oferecer resistência frente aos privilegiados. Por isso, a análise da participação tem a ver com estudos dos movimentos populares, protestos políticos e sociais, luta de classes.

Unir-se em torno de um bem comum, elevando esse interesse em detrimento de interesses pessoais, também favorece a participação, e as chances de conseguir o bem comum aumentam quando todos percebem que a união pressiona aqueles que podem solucionar as questões envolvidas. Os padrões de comunicação também são importantes

e influenciam o comportamento do grupo. Quando a liderança se coloca em um lugar autoritário, o grupo não falará sobre determinado assunto na sua presença, mas se o líder se comunica de forma linear, a participação tende a acontecer com mais qualidade.

Por fim, o tamanho do grupo também é importante para tornar a participação efetiva: quanto menor o grupo, maior a probabilidade de entendimento; o diálogo, a comunicação e os interesses comuns tendem a ser mais bem visualizados e aproveitados como potencialidades no grupo. A participação, tanto de forma individual quanto coletiva, não pode acontecer por imposição; será autêntica na medida que for conquistada, e por ser considerada histórica e de permanente busca, a participação se torna um produto inacabado (DEMO, 1996).

A participação pode ser aprendida praticando, na medida em que processos reflexivos são apreendidos, espaço e realidade conhecidos, conflitos mediados, adversidades superadas, opiniões e divergências respeitadas, ou seja, se reconhecendo parte da sua comunidade. Desse modo, a participação vai se estabelecendo. A participação se dá pela vivência, na qual as pessoas ocupam espaços e experimentam situações de envolvimento: ninguém nasce sabendo participar, mas aprende ao vivenciar situações em que essa ação se faça presente (DEMO, 1996).

Alcântara (2019) reitera que a participação não teria importância apenas ao atuar no desenvolvimento dos cidadãos, mas também como qualificadora do processo de tomada de decisão, na medida em que possibilitaria que mais interesses em jogo fossem contemplados na discussão acerca dos problemas desenvolvidos nas sociedades democráticas. Para compreender os mecanismos de participação estudantil no âmbito escolar, é importante conhecer aspectos relacionados ao surgimento da participação político-social e econômica. Vale notar que, muitas vezes, o aluno é pertencente a diversos grupos sociais que não se limitam ao grupo escolar. A participação vai acontecer, então, nas diversas instâncias sociais: família, igrejas e templos religiosos, escolas e outros espaços de convívio, estando intimamente ligada a seus aspectos individuais.

Para Dayrell (2016, p. 409), os jovens estudantes, a princípio, vão conviver com variadas opções quanto “a um destino, seus padrões de comportamento, seu nível de acesso a bens culturais, entre outros, que vão afetar o percurso escolar”. São dimensões que vão interferir na trajetória escolar de cada um deles. O autor salienta que não se pode desassociar a estrutura familiar ou o contexto sociocultural onde o jovem está inserido as

suas manifestações participativas no âmbito escolar, já que o itinerário de formação na escola está intimamente ligado às suas representações sociais.

### **3. CONCEPÇÕES DE PARTICIPAÇÃO PARA ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO**

A escola, por ser um espaço de convivência, marcado por diversidades de indivíduos e pluralidade sociocultural, com diferentes interesses, é considerado um ambiente propício para entender a participação de seus atores sociais, em especial os alunos. O diálogo com os educandos e suas demandas durante os encontros dentro da própria escola, permitiu, além do reconhecimento de sua condição de sujeitos de direitos, experimentar situações de pertencimento, elevação de autoestima e desejo de cooperar. Desse modo, constatamos que eles se sentiram mais acolhidos pela escola e, conseqüente, demonstraram mais prazer e maior motivação durante a participação nas reuniões.

Dependendo da época e da conjuntura sociopolítica, o termo “participação” aparece associado a outros como, por exemplo, democracia, representação, direitos, organização, cidadania, solidariedade, exclusão (GOHN, 2019). O caráter polissêmico de participação pode ser menos politizado quando o indivíduo faz parte, mas não se apropria do processo decisório do grupo. Além do mais, quando se reflete acerca da participação do aluno na escola, muitos são tentados a relacionar essa participação ao simples envolvimento em sala de aula, não visualizando outras formas de o aluno exercer seus direitos de participação em contexto escolar.

Martins (2010) define participação como “tomar parte, isto é, agir para promover os interesses e as necessidades de um ator; mas também fazer parte, reconhecer o pertencimento a um sistema, identificar-se com os interesses gerais da comunidade”. Nesse sentido, a participação política dos jovens na conquista de uma sociedade livre é de vital importância; o caráter ativo da liberdade é um direito que todos os cidadãos têm, assim como participar dos processos políticos de escolha e de decisão sobre assuntos que interessam à coletividade (ALBUQUERQUE, 2012)

Nessa perspectiva, na primeira discussão do grupo, fizemos uma pergunta direta para nortear as reflexões: “o que é participação?” Os estudantes desta pesquisa

responderam: “Eu acho que é o ato democrático de envolvimento em discussão e reuniões sociais em que o indivíduo quer fazer parte” (José); “É o ato de participar... É todo envolvimento de forma ativa ou passiva diante da sociedade” (João); “É a forma de integração dos indivíduos em diversas áreas da sociedade, para trocar ideias sobre o convívio na sociedade” (Helena).

Percebemos, nos depoimentos, que os estudantes têm uma ideia bastante genérica sobre o conceito de participação, resumindo-o à participação política, de forma menos intensa e marginal, com comportamentos receptivos ou passivos e individualizados. Embora eles citem que a participação pode acontecer em reuniões sociais, não conseguiram perceber o caráter coletivo da participação, pois em nenhuma das falas foi possível identificar o entendimento de que a participação não existe apenas individualmente.

A falta de percepção de participação dos atores sociais, sobretudo dos jovens estudantes na escola, está relacionada a outro pressuposto da democracia, que é o da autonomia, no sentido de viabilizar a liberdade de ser o centro das decisões a partir dos interesses desses atores, concebendo o protagonismo como ações juvenis. No âmbito da unidade escolar, essa constatação aponta para a necessidade de a comunidade participar efetivamente da gestão da escola, de modo que esta ganhe autonomia em relação aos interesses dominantes representados pelo Estado. Isso só terá condições de acontecer “na medida em que aqueles que mais se beneficiarão de uma democratização da escola puderem participar ativamente das decisões que dizem respeito a seus objetivos e às formas de alcançá-los.” (PARO, 1998, p. 228).

Quando perguntamos mais especificamente como o grupo entende a participação na escola, Maria disse: “a mesma coisa que falamos antes, só que no ambiente da escola” Os risos dos outros e o silêncio no grupo podem indicar concordância. Como provocação, perguntamos sobre a participação na gestão da escola. Unanimemente, eles relacionaram a participação com o ambiente da sala de aula: ‘Ajudar a direção da escola a manter as coisas tranquilas na sala de aula e ajudar a manter a disciplina na escola, isso é participação também né?’ (Maria); ‘Concordo. Só em organizar a sala de aula e conversar com colegas com mau comportamento ajuda muito a direção’ (Antônio); ‘Concordo também!’ (João, José, Helena, Joana).

Esses depoimentos evidenciam que, mesmo vislumbrando outras formas de participação do aluno na escola, a dimensão que lhes parece mais forte é a da participação em sala de aula. Não é difícil de entender que a sala de aula seja a principal visão que os estudantes percebam, já que é o espaço onde eles permanecem por mais tempo, onde criam vínculos com os colegas e professores. A rotina diária da sala de aula está repleta de acontecimentos significativos, tanto na vida do professor quanto na do aluno.

Entre tantos acontecimentos, as manifestações de afeto, muitas vezes presentes na relação do educador com o educando, podem contribuir para o aprendizado do aluno e do professor (SANTOS, 2013). Muitos são os acontecimentos significativos no ambiente da sala de aula, os quais podem favorecer as relações afetivas entre professores e alunos, viabilizando o aprendizado de ambos.

Na escola, a participação política possibilita que os jovens desenvolvam a capacidade de fazer escolhas e empreender diálogos favorecidos pela grande diversidade sociocultural, racial, de gênero e de credo, o que parece fomentar o desenvolvimento da noção de coletividade. A necessidade da implementação de concepções dialógicas na escola é um importante precedente na valorização da participação dos sujeitos nos processos de tomada de decisão, porque nada legitima mais o exercício da democracia do que a liberdade de expor suas necessidades e criticar os pontos negativos.

É importante que os professores conheçam a realidade em que vivem seus alunos, é um dever que a prática educativa impõe. Sem isso, não há como saber como pensam, e dificilmente podemos perceber o que sabem e como sabem. É claro que o auxílio do professor – com conteúdo dos componentes curriculares, com conteúdo transversais e mesmo com o bate-papo informal – é fundamental para o conhecimento de como os alunos podem participar politicamente no ambiente escolar, para além de ajudar apenas a manter o clima agradável na sala de aula (FREIRE, 1997).

O depoimento dos estudantes acerca da definição de participação e do entendimento do que é participar na gestão escolar aponta para a falta de reflexões oportunizadas pela escola sobre a temática. Corroborando com exposto no primeiro capítulo, segundo Paro (1992, p. 259)

Falar das potencialidades e obstáculos da participação da população na gestão das escolas públicas implica elucidar os determinantes imediatos. São quatro condicionantes que interferem na participação



dos sujeitos nos espaços sociais como a escola: materiais, institucionais, político-sociais e ideológicos.

O condicionante material diz respeito ao estabelecimento de condições ótimas de trabalho, que devem ser asseguradas por infraestrutura satisfatória e bom investimento financeiro nos processos. No condicionante institucional, podemos destacar o caráter hierárquico da distribuição da autoridade, que visa estabelecer relações verticais, de mando e submissão, em prejuízo de relações horizontais, favoráveis ao envolvimento democrático e participativo. O condicionante político-social refere-se à diversidade de interesses dos grupos constituídos pelos membros da comunidade escolar. O condicionante ideológico diz respeito às concepções e crenças sedimentadas historicamente na personalidade de cada pessoa, e como movem suas práticas e comportamentos no relacionamento com os outros.

A vida escolar dos jovens difere muito da vivência em outros grupos sociais, como a família, por exemplo, porque permite que descubram um mundo de informações, de formas de pensar, e estabeleçam relações sociais distintas daquelas com as quais estão acostumados, que se passam entre pais, irmãos, avós e parentes mais próximos. A diversidade dos estudantes, com suas diferentes experiências e aprendizados familiares, no convívio com os professores – também estes com diferentes experiências e vivências, vai estabelecer uma relação hierarquizada, que envolve poder e dever, autoridade, mas também atenção às suas necessidades (CASTRO, 2010).

#### **4. PARTICIPAÇÃO DOS SUJEITOS NAS DECISÕES DA ESCOLA**

Devido à transmissão de conhecimento oferecido pela escola, os estudantes podem aprender a pensar e a compreender o mundo, compartilhando com seus colegas experiências de vida e expandindo suas visões. A escola, que ainda traz traços do tradicionalismo advindo dos séculos passados, caracterizada pela verticalização do poder nas relações entre professores e alunos, vem se firmando, em nossa sociedade, como o lugar de formação dos jovens cidadãos, conectando-os com outros jovens de outras escolas através da inclusão no mundo digital.

As escolas parecem vir criando esforços para transformar esses espaços de conhecimento em espaços democrático-participativos, mas ainda há muito a ser feito. Isso foi corroborado pelas falas dos estudantes após uma reflexão feita por meio de diálogos fictícios projetados em slides, entre estudantes, gestão e professores, como uma forma lúdica de ilustrar situações corriqueiras do cotidiano escolar relacionadas à participação dos estudantes nas tomadas de decisões. Abaixo estão relacionadas as figuras que foram utilizadas para iniciar a discussão sobre participação:

**Figura 2:** Charge sobre participação popular



Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/573997914986677171>

**Figura 3:** Tirinha sobre participação dos estudantes na Gestão Escolar



Fonte: [www.porvir.org/especiais/participação](http://www.porvir.org/especiais/participação)

**Figura4:** Participação estudantil na Gestão Escolar

Fonte: [www.porvir.org/especiais/participação](http://www.porvir.org/especiais/participação)

As figuras utilizadas na apresentação dos slides para os estudantes, trazem situações diversas relacionadas participação dos estudantes na gestão da escola e interlocução com outros membros da comunidade escolar, tais como representação do voto – como mecanismo de participação popular, diálogo com o gestor da escola e a professora na perspectiva de participar ativamente, planejando ações e dando sugestões, na gestão escolar e na sala de aula, criando estratégias, como reflexão sobre gênero e sexualidade, manifestações culturais e discussão sobre a melhoria da merenda escolar. Depois da exposição dos slides, foram feitos os seguintes questionamentos: como as decisões são tomadas na sua escola? Você sente que tem espaço para participar das decisões da sua escola? De que maneira isso acontece ou poderia acontecer? Vejam o que disseram os estudantes:

- As decisões são tomadas democraticamente, por meio de voto para que possa beneficiar todos da instituição. (Quanto a ter espaço na participação, ele disse) sim, temos espaço, mas limitado... (João)
- Bom, mais ou menos, tem coisas que a gente não pode opinar muito, tipo no investimento na estrutura da escola mesmo, a gente não opina, mas se a gente tiver um problema, a direção da escola está sempre disposta a ouvir a gente (Maria).
- Concordo com João e Maria. Não posso negar, a relação com a direção é ótima, eu gosto (José).
- As decisões são tomadas por votação através do Colegiado, eu sei porque sou vice-presidente do Colegiado e todas as informações passam por mim (Helena).
- Eu nem sabia que tu era do Colegiado... (risos de todos) (Antônio).
- Eu também acho a direção acessível, fomos eu e meus colegas de time

até a diretora recentemente perguntar porque a escola não podia pegar um dinheiro que chegou e fazer melhorias na quadra, ela nos explicou e mostrou o valor que chegou e onde podia gastar aquele dinheiro, só podia ser na compra de materiais. Pelo que entendi, dinheiro para cobrir quadra, essas coisas, tem que ser da Secretaria de Educação. Acreditei nela (Joana).

Esses depoimentos estão carregados de elementos para a análise. Dois estudantes reconhecem o voto como mecanismo na tomada de decisões, e dois estudantes mencionam que não podem opinar quanto ao investimento na infraestrutura. Outra estudante revela que participa do Colegiado Escolar e aponta que participa das reuniões e que é informada sobre decisões tomadas pela gestão. No entanto, fica evidente, pela fala de “Antônio (nome fictício)” e pela reação dos outros estudantes, que todos ali desconhecem a participação da colega no órgão colegiado.

Devemos destacar, a partir desses depoimentos, que aparentemente os líderes de classe não associam os mecanismos já existentes na escola e vivenciados por eles como sendo exemplos de mecanismos de participação. Apenas uma estudante mencionou o Colegiado Escolar – porque ela faz parte como suplente do segmento aluno –, porém, ninguém mencionou a eleição de líderes de classe ou a eleição para dirigentes escolares. Além disso, não demonstraram saber sobre a possibilidade da implementação de grêmios estudantis na escola a partir da prerrogativa da representação de alunos no Colegiado Escolar e também da eleição de líderes e vice-líderes de classe. Outro destaque que se faz é para a confiança na direção e como julgam ser bem acolhidos pela gestão, evidenciando, no entanto, que há limites impostos pela direção na participação.

Desse modo, os estudantes apresentam participação correspondente às seguintes modalidades: (1) participação manipulada, em que o estudante participa sob influência de outros sujeitos da escola, sem nenhum poder decisivo; (2) participação decorativa, quando os estudantes participam de eventos, mas não ajudam a planejá-los; (3) participação simbólica, quando o estudante está ali para lembrar que é participante, no entanto, não tem poder de decisão das ações desenvolvidas; (4) participação operacional, quando executam uma ação cujo planejamento não fizeram parte; (5) participação planejadora e operacional, quando os estudantes planejam e executam a ação. Assim, evidenciamos que eles apenas executam ações que são decididas pela gestão, sem que planejem ou sejam corresponsáveis pela tomada coletiva de decisão.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados dessa investigação apontaram que os líderes de classe investigados na pesquisa não se apropriam das suas atribuições e, por vezes, atendem aos interesses da gestão em detrimento dos interesses próprios dos estudantes, a quem representam. Constatamos, ainda, que não se efetiva a participação desses sujeitos nos processos decisórios da escola, o que se daria por meio da colaboração dos estudantes no planejamento, na execução e na decisão de ações e atividades realizadas na escola, exceção mostrada apenas pelo estudante que planejou e executou, com apoio de outros estudantes, algumas ações culturais voltadas ao ensino e promoção do teatro na escola, inclusive, levando essas ações para outros espaços da sociedade.

Alguns depoimentos coletados apontam para o desenvolvimento de uma criticidade por parte dos estudantes, quando estes reconhecem que a sua participação é limitada pela gestão. No entanto, eles não conseguiram indicar perspectivas para a implementação de ações que viabilizem uma mudança desse quadro. Podemos afirmar, com base nas discussões ocorridas no grupo focal, que a principal intenção desses estudantes é planejar e executar projetos culturais (música, dança e teatro), torneios esportivos e auxiliar os professores na manutenção da disciplina em sala de aula e na distribuição de tarefas e avaliações.

Essa constatação revela que existem várias condicionantes para a não viabilização da participação dos estudantes na escola. Há, por exemplo, condicionantes ideológicas, que tratam dos interesses diferentes, representados por atuações sociais distintas dos sujeitos da escola; condicionantes político-sociais, referentes à falta de autonomia outorgada aos sujeitos; condicionantes institucionais, relacionadas à imposição da hierarquia pela verticalização do poder. e condicionantes materiais, relacionadas a impedimentos para proporcionar o bom ambiente de trabalho (PARO, 1992).

Nessa perspectiva, Ferreira (2011, p. 162) ratifica que: “para que a participação se configure em um direito a ser garantido às jovens gerações, é necessário que se atendam aos fatores de heterogeneidade desses sujeitos, com todos os desafios que isso possa apresentar”. Desse modo, a gestão precisa disponibilizar, para os jovens, condições de participação na escola que vão além da condição de aluno, buscando colaborar com eles na organização de ações que se fundamentem na noção de respeito às diferenças e



fazendo, com isso, que se reconheçam como participantes do processo coletivo de tomada de decisões.

A legitimação da gestão democrática com a participação dos sujeitos da comunidade escolar não é assegurada, mesmo havendo práticas inovadoras e inclusivas na escola. Como foi demonstrado nesta pesquisa, a instauração de tal modelo de gestão está repleta de contradições e especificidades.

Ao conceituar a participação estudantil, notamos inicialmente que a ideia que os estudantes possuem sobre participação é limitada e genérica, pois não se apropriam do *status* de protagonista no espaço escolar. Isto é, não identificam que possam transformar sua inserção na sociedade em emancipação política e humana, através do seu reconhecimento, de sua identidade social na escola.

A pesquisa demonstrou que a participação pode ser negada ou tutelada, como quando os sujeitos afirmam que a gestão escolar impõe limites à sua intervenção. Por outro lado, unanimemente, eles apontam que a gestão escolar é solícita e aberta ao diálogo com as representações discentes. Não há indícios de que haja participação autônoma na escola; isso pode se dar porque os alunos não se sentem partícipes do processo ou mesmo porque se negam a participar; ainda, pode ser porque falta à escola criar mecanismos de sensibilização para a temática da participação estudantil e da importância da valorização do protagonismo juvenil como precursor da emancipação dos jovens.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Alexandre Aragão. **Juventude, Educação e Participação política**. Jundiaí. Paco editorial, 2012.

ALCÂNTARA, Pedro Henrique G. **Outras formas de entender a democracia**. Jundiaí. Paco editorial, 2019.

BARBOUR, Rosaline. **Grupos focais, Coleção pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAUER, Martin W. GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto imagem e som: Um manual prático**. Petrópolis. Editora Vozes, 2003.



BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil-1988**. São Paulo Saraiva,1998.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394** diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 20 abr. 2019.

BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente. Centro de documentação e informação. 4. ed. Brasília: Coordenação de publicações, 2003.

BRASIL. **IBGE**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/feira-de-santana/historico>. Acesso em: 20 abr. /04/2019.

BRASIL. **Censo Escolar**. Disponível em: <http://inep.gov.br/censo-escolar>. Acesso em: 20 abr. 2019.

CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves. Reestruturação produtiva, reforma administrativa do estado e gestão da educação. **Educ. Soc.** Campinas, vol.23, n.80, pp. 1139-1166, set/dez.2009.

CASTRO, Lucia Rabello. **“Falatório”, Participação e Democracia na escola**. Rio de Janeiro: NIPIAC. UFRJ, 2010.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A gestão democrática na escola e o direito à educação. **RBPAAE**- v.23, n.3, p. 483-495, set/dez. 2007.

DAYRELL, Juarez (org.). **Por uma pedagogia das juventudes: experiências educativas do observatório da juventude da UFMG**. Belo Horizonte. Maza edições, 2016.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista: noções de política social participativa**. Fortaleza.1990.

DIAZ BORDENAVE, Juan E. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 2002.

FERREIRA, Adriana Moreira dos Santos. **Participação discente na escolar pública de ensino médio: A perspectiva do aluno**. 2011. 191f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação Processos Socioeducativos e Práticas Escolares. Universidade Federal de São João Del Rei, São João Del Rei. 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FRIGOTO, Gaudêncio. **Educação e crise do capitalismo real**. 5ª edição. São Paulo: Cortez, 2003.

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília. Liber Livro. 2012.

GOHN, Maria da Glória. **Participação e Democracia no Brasil: da década de 1996 aos impactos pós junho de 2013**. Petrópolis. Vozes, 2019.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola, teoria e prática**. 6ª edição. rer. e ampl. São Paulo: Heccus, 2015.

LIBÂNEO, José Carlos. Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. **Cadernos de Pesquisa**- v.46, n.159, p.38-62, jan/mar. 2016.

MESZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2007.

OLIVEIRA, Igor ; HERMONT, Catherine. **Cadernos Temáticos Juventude Brasileira e Ensino Médio: Juventudes e Participação política**. Belo Horizonte. Editora UFMG. 2014.

SANTANA, Mônica Silveira; SCHMITZ, Heike. A percepção da comunidade escolar sobre a participação na gestão da escola: um estudo de caso. **Educ. e Contemp.** Salvador, vol.21, n.38, pp.167-180, jul/dez. 2012.

PARO, Vitor Henrique. **Por dentro da escola pública**. São Paulo: Xamã, 1998.

PARO, Vitor Henrique. \_\_\_\_\_ **Eleições de diretores: a escola pública experimenta a democracia**. Campinas: Papirus, 2003.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão da escola pública**. São Paulo: Ática, 2006.

PARO, Vitor Henrique. **Crítica da estrutura da Escola**. São Paulo: Cortez, 2016.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Política Educacional em tempos de transição 1985-1995**. Brasília: Liber Livro, 2008.